

Violência Simbólica e Organizações Familiares

in *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*, Féres-Carneiro, T; (org.),
Rio de Janeiro, Editora PUC - Rio, p. 266-277, 2005.1

A cultura é um esquema significante encarnado de símbolos e transmitido historicamente; um sistema de concepções herdado e expresso sob forma simbólica, através da qual os homens se comunicam, perpetuando e desenvolvendo seus saberes e suas opiniões sobre a vida.

Clifford Geertz

Este texto é um primeiro esboço de uma de pesquisa que venho realizando paralelamente a duas outras (1). Insisto no paralelamente por tratar-se de uma pesquisa que foi tomando forma ao lado das outras sem que eu estivesse particularmente atento a ela, que, aos poucos, vem ganhando meu interesse pois tenho percebido que alicerça minhas pesquisas atuais.

O primeiro tempo deste movimento deu-se com a publicação, na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, de um artigo intitulado “Sexualidade e Preconceito” (2). Nele discuto as relações entre os Ideais Sociais, presentes nos movimentos que levam ao recalque, e a construção de uma sexualidade “normal” cujo desvio gera tanto o preconceito quanto a culpa. Para Freud, como sabemos, "as exigências dos ideais estéticos e morais" (3) estão entre os elementos que levam ao recalque, e as figuras presentes no superego derivam-se do mundo externo. Isto significa que o superego é formado não apenas pelo precipitado da autoridade paterna, mas também por fatores externos –os Ideais –que pertencem ao sistema social onde o sujeito se encontra inserido. A antropologia nos informa que os Ideais são construções sintagmáticas calcadas no imaginário da sociedade de onde emergem (4). A partir desta perspectiva, analiso a participação do imaginário judaico-cristão na formação dos Ideais na Cultura Ocidental. Após a publicação do texto, e incentivado pelos retornos recebidos, comecei a interessar-me cada vez mais pelas bases que sustentam os Ideais.

Impregnados de nossa cultura e tomando por universal nossa organização familiar, raramente nos ocorre que outras culturas possam organizar-se de forma diferente, que entendam as relações de parentesco de maneira totalmente diversa da nossa e, conseqüentemente, que tenham outras definições de normal e patológico. Como observa Françoise Héritier (5), "embora

todo mundo acredite saber o que é uma família, é curioso constatar que por mais vital, essencial e aparentemente universal que a instituição família possa ser, não existe para ela, como é também o caso do casamento, uma definição rigorosa". A primeira conclusão é simples: não existem Ideais fixos, universais. Cada sociedade, escrevi no texto citado (6), cria, a partir do sistema representativo que lhe é próprio, as representações dos Ideais.

A partir das questões apresentadas no texto "Sexualidade e Preconceito" sobre o imaginário judaico-cristão, parti para um trabalho de pesquisa sobre a origem desse imaginário. Essa pesquisa foi tomando contornos mais definidos quando comecei a interessar-me pelas chamadas "novas formas de filiação", que tanta polêmica têm gerado, justamente por oporem-se a um imaginário que se toma como o único capaz de promover famílias saudáveis. Em um texto publicado sobre o tema –"Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação" (7) –, tento mostrar que os argumentos contra os "novos arranjos familiares" são, em sua quase totalidade, baseados na família tradicional: esta é o parâmetro de referência de como as coisas devem ser. O Édipo freudiano é o paradigma por excelência: a criança deve ter imagos identificatórias e representações simbólicas do masculino e do feminino; o pai é importante para introduzir a lei (embora se saiba que é uma função, a figura do pai da realidade é sempre evocada, o que só mantém a hegemonia do patriarcado. A expressão mesma "função paterna" é carregada de ideologia), e assim por diante. Um dos aspectos que tanto incomoda nas "novas famílias" é que elas denunciam de modo radical que a forma de subjetivação tida como "correta" é uma construção teórica que, como toda construção, é sustentada pela dimensão mitológica e imaginária da cultura na qual emerge, com suas particularidades histórico-políticas. Nunca é demais lembrar que o simbólico, justamente por ser simbólico, muda, se reorganiza. Devemos, pois, estar atentos ao risco de imaginarização do simbólico.

Estudos (8) com crianças criadas em famílias que fogem à tradição mostram que os "destinos" dessas crianças não diferem em nada dos destinos daquelas criadas por famílias tradicionais. Dentre elas, encontraremos todo tipo de criança: "normais", complicadas, problemáticas, conflitadas, com dificuldades de aprendizagem e outras tantas. Ou seja, o que diferencia essas crianças é o que diferencia os seres humanos: a particularidade do trajeto identificatório e das escolhas de objeto. Como escrevi no texto sobre as Configurações edípicas (9):

Cada modo de filiação –homopaternidade, adoção, monopaternidade, famílias tradicionais, famílias separadas, um, ou os dois, genitores falecidos e qualquer outra forma que pudermos imaginar –terá a sua própria configuração de angústia. Mas, do ponto de vista da constituição do psiquismo, não existe, *a priori*, nenhuma evidência para dizer que um modelo é mais ou menos patogênico.

Isto mostra que os novos arranjos familiares não trouxeram nenhuma novidade, e muito menos ameaças em termos de subjetivação: as coordenadas que balizam os processos de constituição do sujeito organizam-se sem levar em conta o sexo anatômico de quem cumpre a função materna/parterna, e não seguem um modelo único. As “novas famílias”, longe de provocarem uma desestruturação social, atestam a força do simbólico, da metáfora, e mostram que esta questão só pode ser entendida se abandonarmos antigos saberes que insistem em normatizar organizações sócio-simbólicas não mais sustentáveis. Utilizar a teoria psicanalítica para determinar quais caminhos seriam “normais” em termos de posição libidinal é esquecer que as ferramentas de trabalho da psicanálise – pulsões, desejos, complexo de Édipo, escolhas de objeto, identificações... – se baseiam em um terreno diferente da organização social. À psicanálise cabe analisar as vicissitudes desses elementos em um determinado momento sócio-histórico de uma dada sociedade para, com esses dados, tentar compreender a ordem simbólica daí advinda. Ou seja, perguntar-se como as novas formas de filiação repercutirão na construção do mito individual e na produção da verdade singular do sujeito. Não devemos esquecer, contudo, que mudanças socioeconômicas afetam a dinâmica desses elementos cuja nova organização participa na criação de uma nova ordem simbólica.

A família é um arranjo dentro do qual as relações de parentesco se organizam. Esta, por sua vez, é um sistema que atribui a criança aos pais e, ao mesmo tempo, os pais à criança. Esse sistema combina três elementos de base –a aliança, a filiação e a residência –que variam segundo as culturas e as épocas. A *História da Família* (10) nos mostra os diferentes arranjos familiares. A cultura, dentro de um espaço-tempo datável, regula o permitido e o proibido, o possível e o insuportável; determina quem são os pais e a quem os filhos devem ser confiados. Algumas sociedades atribuem vários pais e mães à criança, sem que essa atribuição passe pelo biológico: a adequação “natural” genitor/pai e genitora/mãe não é universal, e as incidências no simbólico daí advindas variam enormemente (11). Levar em conta a existência de outros arranjos simbólicos é questionar a solidez dos nossos.

Trata-se então, por um lado, de refletir sobre os elementos que fundamentam a família e, por outro, de constatar que a transformação dos genitores em pais vai muito além do acontecimento físico que dá lugar ao nascimento de uma criança. Nascer de um homem e de uma mulher não basta para ser filho, ou filha, daquele homem e daquela mulher; colocar uma criança no mundo não transforma os genitores em pais. O nascimento (fato físico) transformado em filiação (fato social) insere a criança em uma organização simbólica (fato psíquico) que a constituirá como sujeito.

Os desafios teórico-clínicos introduzidos pelas organizações familiares contemporâneas colocam nosso arsenal metapsicológico à dura prova. Temos que enfrentar questões e tentar responder a perguntas que nos permitirão separar aquilo que, de fato, se revela do domínio da psicanálise daquilo que pertence ao imaginário. Pronunciar-se sobre a dinâmica da filiação não significa prescrever como esta dinâmica deva ocorrer. Estaríamos, neste caso, colocando a psicanálise como guardiã de uma organização simbólica imutável, e detentora de uma saber que lhe outorgaria o poder de deliberar sobre o normal e o patológico: nada seria mais distante da ruptura freudiana!

Sustento ainda, no texto citado (12), que embora

os primeiros significantes que nos designam sejam "homem" ou "mulher", tal designação não implica a questão da erogenização do corpo –que passa pelo afeto. Ou seja, não basta o significante para que, na ordem simbólica, o sujeito se posicione como homem ou mulher. Esse posicionamento não é indiferente ao lugar que a criança –que tem chances de tornar-se sujeito –ocupa no inconsciente dos pais bem antes mesmo do seu nascimento e da dimensão narcísica desses, enfim, da dinâmica da economia libidinal da família. O essencial para que o sujeito se constitua é que ele seja simbolicamente reconhecido pela palavra do Outro, encarnado, na maioria das vezes, pelos pais. É esse reconhecimento, responsável pela inscrição do sujeito na função fálica, que transformará a criança, a partir do real de sua anatomia (sexo), em ser falante, homem ou mulher.

Se é o outro que nos constitui, é na dimensão da alteridade que se dá a possibilidade dessa constituição. Neste sentido, as novas organizações familiares corroboram a idéia de que aquele que ocupa o lugar do outro da mãe – ocupação necessária para organizar e separar a célula narcísica mãe-filho – resiste a uma definição rigorosa e inequívoca. Sem dúvida, constatar que o modelo clássico do Édipo não é uma condição *sine qua non* de subjetivação pode gerar uma crise que alguns autores chamam de “crise do masculino” ou ainda de “declínio do poder paterno”. Entretanto, penso que essa “crise” deva ser entendida como uma crise das referências simbólicas as quais, de tempos em tempos, a espécie humana atravessa

com intensidade variada: por ser sempre uma construção atrelada a um momento histórico-político, as referências simbólicas são passíveis de remanejamento e reorganização. As mudanças socioeconômicas introduzidas pelo modelo capitalista – cada vez mais as mulheres participam nos movimentos de circulação do capital – denunciaram o caráter imaginário de uma forma de organização social na qual os homens ocupam o lugar central. Isso fez com que esses passassem a ser questionados – coisa nova e, para alguns, insuportável – justamente nas referências identitárias constitutivas de um modelo de masculinidade (13). Se crise existe, esta deve ser procurada no declínio do patriarcado devido às transformações, sobretudo econômicas, que produziram o homem moderno.

Na segunda pesquisa, ainda em andamento, sobre as *Bases Mitológicas da Normalidade* (14), discuto a participação dos mitos de origem judaico-cristã na construção do imaginário que sustenta o discurso sobre o normal e o patológico (trabalho a questão na perspectiva da Psicopatologia Fundamental). Como escreve Sproul (15):

os mitos tratam das causas primeiras, da essência do que uma cultura concebe como realidade. (...) Não é assim por acaso que as culturas consideram os mitos de sua criação os mais sagrados pois constituem a base sobre a qual assentam todos os mitos posteriores.

Sigo o caminho inverso da construção dos Ideais para verificar como as Verdades são construções baseadas nos mitos de origem e como tais construções encontram-se nas bases de nossa conduta, que abrange desde as coisas mais simples do nosso cotidiano até, no nosso caso específico, as referências que sustentam nossos modelos teórico-clínicos. E mesmo aqueles que têm uma distância crítica desses mitos, por estarem inseridos na cultura ocidental, não estão imunes às implicações morais, sociais, às questões em torno da procriação, das organizações familiares, das relações sexuais e tantas outras que eles acarretam. "O relato bíblico da criação, assim como as concepções das origens de qualquer outra cultura, transmite valores sociais e religiosos que são apresentados como universalmente válidos" (16). Eu acrescentaria: e também como se fossem – esses valores – naturais e, portanto, não questionáveis.

Apenas um exemplo entre muitos: o destino sem paralelo dado às mulheres no mundo cristão, presente desde a caça às bruxas na Idade Média até as decisões judiciais em que a pena é reduzida quando se prova que foi a mulher que "provocou" o homem, nada mais é do que um reflexo da imagem negativa da mulher, na medida em que foi esta a responsável pela queda, pela perda do Paraíso. Em contrapartida, temos imagem do homem, espiritual na sua

origem, mas vítima indefesa da mulher diabólica (17). Mais ainda: por ter acreditado na serpente, a mulher era considerada "naturalmente ingênua". Como conseqüência (I Timóteo 2:11-15), a única coisa que poderia ser-lhe confiada era a criação dos filhos e os cuidados domésticos. Tanto no Antigo como no Novo Testamento, o mito do Paraíso terrestre recebe um tratamento ideológico, que subjaz na estrutura patriarcal vigente até os nossos dias, que naturaliza, que sustenta e justifica o discurso do poder.

O modelo teórico da psicanálise, que surge em um momento histórico preciso como uma tentativa de conceituação do fantasma e do desejo, também é uma construção mitológica: a presença dos mitos na teoria psicanalítica – Édipo, Narciso... – não necessita ser lembrada. Freud não deixa dúvida sobre este ponto: "A teoria das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia. As pulsões são entidades míticas, magníficas em sua imprecisão" (18). É interessante observar que cada escola de psicanálise cria sua própria leitura do mito – o Édipo em Freud, em M. Klein, em Lacan – cuja interpretação e conseqüências variam de escola para escola. Cabe a pergunta: quais as relações entre a nossa maneira de dar sentido ao que escutamos e os mitos de origem da nossa cultura? Como isto afeta nosso trabalho teórico/clínico? É possível evitar que nossa mitologia – histórica e/ou psicanalítica – influencie nossas posições?

A passagem do instinto para a pulsão como forma de sobrevivência da espécie, como o mostra Freud em *Neuroses de transferência: uma síntese* (19), foi um passo evolutivo grandioso. A pulsão, sem objeto fixo, transformou-se em uma fonte inesgotável de energia. Esta "liberdade", característica da espécie humana, é, ao mesmo tempo, sua condenação pois o afeto sem representação pode ser fonte insuportável de angústia. Na tentativa de driblar a angústia, criamos teorias que reproduzem nossas tentativas infantis – as teorias sexuais infantis (20) – de explicar as origens. O trabalho analítico, todos sabemos disto, constitui uma construção de um mito individual que fornece representações aos afetos. O reconhecimento desse mito pelo Outro, encarnado na figura do analista, oferece, ao menos por certo tempo, uma amarra para a pulsão.

O mito de origem particular de cada cultura traça a trilha que fornece as explicações a partir das quais calcamos nossos sistemas de valores, nossa noção de normalidade, de certo e errado. Estamos sempre na eterna e sempre-por-completar tentativa de driblar a angústia, tentando encontrar objetos fixos e imutáveis para a pulsão.

As criações mitológicas permitem colocar ordem no caos; passar, na terminologia psicanalítica, dos processos primários aos secundários; criar um estado de ordem, via recalçamento, descrito como civilização, enfim, dar representação à pulsão. Evidentemente não há como escapar a uma mitologia de origem. Porém, não podemos nos esquecer que a mitologia é um relato, construído a partir do imaginário cultural, para falar dos elementos primeiros sobre os quais organizamos a ordem simbólica. Antes do simbólico, antes da civilização, era... um organismo pulsional não atravessado pela linguagem, candidato potencial a constituir-se como sujeito.

Sem o simbólico, é verdade, estamos no Caos. Entretanto, tratar um determinado arranjo simbólico como único seria esquecer que os elementos que utilizamos para organizar o caos são sempre mitológicos. E isto vale tanto para as teorias quanto para os conceitos teóricos que as sustentam: tratá-los como Verdade impede a circulação pulsional e o nascimento do pensamento crítico que transforma o sofrimento em experiência. Esquecer este ponto é voltar ao pensamento mecanicista e à visão determinista do universo newtoniano. Não é por acaso que a diferença é tão insuportável pois denuncia o caráter imaginário de nossas mais caras construções (21).

Chegamos, finalmente, ao ponto central deste texto. Partindo dos elementos fornecidos pelas duas outras pesquisas, e do que disse acima sobre, antes do simbólico, o bebê ser um organismo pulsional não atravessado pela linguagem, proponho que a constituição do sujeito é sempre feita a partir de duas formas de violência: a primária, no sentido de Piera Aulagnier, e a simbólica, tal como a entende Pierre Bourdieu.

Como sabemos, o eixo central da teorização de Piera Aulagnier (22) é a noção do *Eu*, sua construção e suas modificações. Embora exista uma proximidade semântica, o *Eu* em Aulagnier não se confunde com o *Eu* freudiano e nem com o *Eu* em Lacan. O *Eu* vai existir a partir de sua relação com o Outro, encarnado em um primeiro momento pela mãe ou em quem cumpre esta função. Ainda que utilizando a noção lacaniana do Outro, Aulagnier modifica seu conteúdo ao historicizá-lo, ao redefini-lo nas circunstâncias de seu desenrolar.

Sendo preexistente ao *Eu*, o Outro constitui «o espaço onde o *Eu* pode surgir». Ao enfatizar a temporalidade, Aulagnier dá uma nova dimensão à questão da relação mãe/bebê, numa dinâmica profundamente psicanalítica, redimensionando a noção de *après-coup* para pensar tanto o traumatismo quanto o sexual no humano.

Se, por um lado, o *après-coup* traz o passado para o presente fazendo-o eficaz apenas num segundo momento, ao insistir sobre o efeito da antecipação Aulagnier traz o futuro para o presente, e até mesmo para o passado. “O dizer e o fazer maternos”, escreve Aulagnier, “antecipam sempre o conhecimento que pode ter o *infans*” (23). Uma tal antecipação marcará a modalidade própria da experiência não apenas do bebê mas, de forma mais geral, do humano, que é sempre confrontado a uma demanda que excede suas capacidades de resposta.

A mãe, ou melhor, a psique da mãe cumpre para o bebê a função de prótese uma vez que, exercendo a função de “porta-voz”, ela se inscreve no lugar da falta e preenche o espaço deixado vazio pela prematuração psíquica. Assim, as primeiras representações só podem funcionar se a psique da mãe assume esse papel (o de prótese), ou seja, de “ajuda” para o desamparo psíquico primitivo.

A noção de porta-voz é tributária da importância dada por Lacan à linguagem no inconsciente e à função do discurso. “Todo sujeito nasce num «espaço falante»”, e é por isto que o *Eu* é uma “instância constituída pelo discurso” (24). Mas ao “portar a voz”, a mãe efetua uma dupla junção: por um lado, verbaliza e dá sentido às manifestações entre o *infans* e o mundo e, por outro lado, entre o mundo e o *infans* pois ela – a mãe – apresenta-se ao *infans* como representando de uma ordem exterior da qual ela anuncia-lhe as leis e as exigências. O que se está privilegiando aqui é a idéia de encontro, tal como acontecerá igualmente nas relações fora da linguagem do *Eu* a seu corpo e àquilo que ele experimenta.

Esta função de prótese da psique da mãe será analisada por em termos de “violência”. Para entendermos o conceito de violência em Aulagnier é necessário deixar de lado a idéia que acompanha a noção de violência, ou seja, aquela de um ódio ou de um desejo de morte que a mãe teria pelo *infans*. Um tal desejo, nos diz Piera Aulagnier com simplicidade, não apenas existe mas, por ser geral, não tem qualquer valor causal.

Não se deve então confundir a “violência” com este dado universal, que se deve ao fato mesmo do investimento, nem com as diversas formas de rejeição materna, nem tampouco o com superinvestimento defensivo que isto pode levar.

O conceito de “violência” traduz o descompasso entre aquilo que a mãe projeta sobre a criança e aquilo que se revelará ser. A partir da idéia de um monólogo entre a mãe e a “sombra falada” do *infans* (sombra falada: aquilo que a mãe projeta no *infans*, com o qual ela o envolve, e que permitirá que o *infans* se constitua como sujeito), Piera Aulagnier materializa,

por assim dizer, e justifica o termo violência que se torna a partir daí ligado ao fato de que o *infans* jamais coincide com a sombra em questão. Ou seja, o *infans* jamais corresponderá às expectativas nele projetadas pelo narcisismo dos pais, em particular pelo da mãe. O efeito de antecipação produzido pela interpretação que o discurso maternal faz do conjunto das manifestações que o *infans* vivencia, constitui o que Aulagnier chama de “violência primária”. A violência é a consequência do encontro entre o corpo do *infans* e a psique materna, e liga-se à necessidade de estabelecer um representante do sujeito (a sombra falada) lá onde ainda só existe potencialidades. Assim, o sujeito ao construir-se, o *Eu*, surgirá em um espaço pré-formatado por uma espera que não é sua. Violência necessária para permitir o acesso do sujeito à ordem do humano mas, de qualquer forma, violência quando se considera tudo aquilo que a mãe vai transmitir e impor a partir daí. Da mesma forma que não existe *tabula rasa* em genética, não pode existir sujeito humano sem esta pré-forma, e é na decalagem entre o *infans* e a sombra falada que será possível constatar uma violência.

A capacidade da criança em responder a essa violência relaciona-se diretamente com o que dela se espera. Tanto uma expectativa desmedida em relação à resposta da criança – a mãe que “cola” excessivamente seu desejo à criança – quanto a falta de expectativa geram um “excesso de violência”, com consequências as mais variadas.

O interesse em utilizar neste trabalho as contribuições teóricas, aqui brevemente apresentadas, de Piera Aulagnier é que para essa autora a constituição da psique infantil é tributária, vimos acima, da “violência primária” que, por sua vez, está intrinsecamente atrelada a dois organizadores essenciais: o discurso e o desejo daqueles que acolhem a criança no mundo, e também, acrescentamos, o lugar que o *infans* ocupa na dinâmica psíquica desses. São estes elementos que, via violência primária, transformarão o organismo pulsional, candidato potencial a tornar-se sujeito, em *Eu* falante.

Dentro desta linha de pensamento, entendemos que não existe uma forma de organização familiar ideal que, inequivocamente, garantiria um desenrolar mais sadio, ou mais patogênico, para a constituição do sujeito. O que determinará a “saúde psíquica” do sujeito em constituição é a intensidade da violência primária que, por sua vez, depende das produções do inconsciente daqueles que cuidam do bebê.

Pierre Bourdieu (25) chama de “violência simbólica” a operação que “legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, ela mesma, uma

construção histórica naturalizada”. Trata-se de uma construção prática que “impõe uma *definição diferenciada* dos usos legítimos do corpo, sobretudo sexual, e que tende a excluir do universo do pensável e do fazível tudo que determina o pertencer ao outro sexo (...) para produzir este artefato social que é um homem viril e uma mulher feminina” (26).

Embora toda a teorização e argumentação de Bourdieu em *A dominação masculina* seja centrada na questão da dominação masculina a partir, sobretudo, da análise que ele faz das relações de gênero, estamos ampliando o conceito de violência simbólica e transpondo-o para toda e qualquer organização social que acolherá o sujeito. Ou seja, a introjeção, pelo sujeito em constituição, do sistema de valores da cultura em que ele está inserido constitui sempre uma violência na medida em que o simbólico que sustenta esse sistema é sempre uma construção, logo histórica, que lhe impinge a ideologia vigente naquela cultura como algo natural.

Isto significa que qualquer configuração familiar acarretará uma violência. Entretanto, e este é o ponto central deste trabalho, não é a forma da organização familiar na qual o sujeito encontra-se inserido que garantirá sua inserção na ordem simbólica. Mas como, na posição do Outro, uma determinada organização familiar propiciará que o sujeito em constituição suporte essas duas violências incontornáveis, fundamentais e fundantes, assegurando-lhe a “sobrevivência psíquica” (27). Uma não é desvinculada da outra: a maneira como a violência primária se expressa é tributária da ordem simbólica à qual a criança está sendo introduzida. Essa ordem, como vimos, varia segundo o imaginário social da cultura e guarda profundas relações com seus mitos de origem. Evidentemente, todo este processo é dialético no sentido de que o bebê deve ter capacidade para atravessar as duas formas de violência. Nesta perspectiva, o autismo seria, talvez, um naufrágio nessa travessia.

Dar representações às pulsões é uma expressão da violência da interpretação; passar, via recalçamento, do narcisismo primário para o secundário – renunciar ao gozo narcísico em prol de valores culturalizados – é uma expressão da violência simbólica. Violência esta que se realiza segundo uma série de regras e ritos que dará à criança acesso à lei de troca, à renúncia a uma satisfação pulsional irrestrita. Porém, alerta Freud, a despeito das satisfações substitutivas que a civilização oferece, essa renúncia é sempre incompleta, o que gera um sofrimento difícil de acalmar, ponto de origem do «mal-estar» do qual sofre o homem (28). O que podemos chamar de “saúde psíquica” é a capacidade de suportar esse sofrimento. É a partir destas premissas que devemos centrar os estudos das novas organizações familiares e não, como

se tem feito tradicionalmente, a partir de um arranjo tido como o único capaz de produzir um desenvolvimento normal.

Bibliografia:

1 - Uma pesquisa é dedicada às “Configurações familiares da contemporaneidade”. A outra, sobre a qual apresentei um artigo no VII Encontro Científico da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental realizado em Petrópolis, RJ, nos dias 04 a 07 de setembro de 2003, trata das “Bases Mitológicas da Normalidade”.

2 - CECCARELLI, P. R., "Sexualidade e Preconceito", in Rev. Latinoam. Psicop. Fund., SP, III, 3, 18-37, set. 2000.

3 - FREUD, S., (1905), "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade", ESB, 1972, VII, 181.

4 - Uma das discussões mais interessantes sobre a questão dos Ideais, sobretudo das hierarquias masculinas e femininas, foi feita pela antropóloga Françoise Héritier. Conf.: HÉRITIER, F., Masculin/Féminin I – La Pensée de la différence, Paris, Éditions Odile Jacobe, 1966. & Masculin/Féminin II – Dissoudre la hiérarchie, Paris, Editions Odile Jacobe, 2002.

5 - HÉRITIER, F., "Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie", BONTE, P., & IZARD, M. (org.), Paris, PUF, 1991, p. 273.

6 - CECCARELLI, P. R., "Sexualidade e Preconceito", idem, 35.

7 - CECCARELLI, P. R., "Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação", in Pulsional Revista de Psicanálise, São Paulo, ano XV, 161, 88-98, set. 2002.

8 - Para uma discussão atual sobre o assunto ver: LANGOUET., G., (org.), Les «nouvelles familles» en France, Paris, Hachette, 1998. E também: GROSS, M., (org.) Homoparentalités, état des lieux", Collection La vie de L'enfant, Paris, ESF, 2000. O pedopsiquiatra Dr. Stéphane NADAUD apresentou, na Universidade de Bordeaux, França, em outubro de 1999, um trabalho com 58 crianças criadas por pais do mesmo sexo. A conclusão é que o desenvolvimento psicossocial dessas crianças é tão normal quanto o de qualquer outra. Um longo artigo sobre este trabalho foi publicado no periódico Le Monde, em novembro do mesmo ano.

9 - CECCARELLI, P. R., "Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação", idem, p. 96.

10 - BURGUIERE, A., KLAPISCH-ZUBER, C., SEGALIN, M., ZONABEND, F., (org.), Histoire de la famille, Paris, Armand Colin, 1986.

11 - Enquanto em nossa sociedade tios e tias são os irmãos e as irmãs de nossos pais, cujos filhos são nossos primos e primas, em outras, os irmãos do pai e os irmãos da mãe são considerados pais; e as irmãs da mãe, assim como as do pai, são consideradas mães. Há também aquelas mas quais só as irmãs da mãe são mães e só os irmãos do pai, pais; já os irmãos da mãe são tios, e as irmãs do pai, tias. Nesta sociedade, os filhos e filhas da mãe e suas irmãs assim como os/as do pai e seus irmãos consideram-se irmãos e irmãs. Já as crianças dos irmãos do mãe e das irmãs da pai consideram-se primos de primas. Sobre os vários arranjos de paternidade ver: DELIEGE, R., Anthropologie de la parenté, Paris, Armand Colin, 1996. Ainda hoje no Peru, existem famílias na região de Chinchero, - os Ayllu - que são unidas tanto por laços sanguíneos quanto por laços mágicos. Estes clãs só se casam entre si.

12 - CECCARELLI, P. R., "Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação", idem, p. 93.

- 13 - CECCARELLI, P. R., ". "A construção da masculinidade " in Percurso, São Paulo, v. 19, p.49-56, 1998. e "A sedução do pai", in GRÎFOS-psicanálise. Publicação anual do Instituto de Estudo Psicanalíticos – IEPSI - Belo Horizonte, n. 18, out. 2001, p. 91-97.
- 14 - Um artigo com este título foi publicado. Conf. CECCARELLI, P. R. "As bases mitológicas da normalidade", in Latin American Journal of Fundamental Psychopathology on Line: http://fundamentalpsychopathology.org/br/revista-artigos_textos.php?id=12
- 15 - Citado por Highwater. Conf. HIGHWATER, J., Mito e sexualidade, São Paulo, Saraiva, 1992, 23.
- 16 - PAGELS, E., Adam, Eve et le serpent, Paris, Flammarion, 1989, 23. (minha tradução)
- 17 - Um dos melhores estudos sobre sexualidade feminina e Igreja Católica é de RANKE-HEINEMANN, U., Eunucos pelo Reino de Deus, 3. ed, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1996.
- 18 - FREUD, S., (1933) "Ansiedade e vida pulsional", Conf. XXXII, ESB, 1976, XXII, p. 119 .
- 19 - FREUD, S., (1928) Neuroses de transferência: uma síntese, Rio de Janeiro, Imago, 1987.
- 20 - FREUD, S., (1908) "Sobre as teorias sexuais das crianças", ESB, 1976, IX.
- 21 - Sobre a questão do preconceito, ver CECCARELLI, P. R., "Sexualidade e Preconceito", idem.
- 22 - AULAGNIER, P., (1975) A violência da interpretação, Imago, Rio de Janeiro, 1979. 284p.
- 23 - AULAGNIER, P., (1975) A violência da interpretação, idem, p. 35.
- 24 - AULAGNIER, P., (1975) A violência da interpretação, idem, p. 105.
- 25 - BOURDIEU, P., La domination masculine, Paris, Seuil, 2002. p. 40.
- 26 - Idem. (grifado no original)
- 27 - Aqui a noção de "sobrevivência psíquica" introduzida por Joyce McDougall ganha uma dimensão relevante. Conf. McDOUGALL, J., As múltiplas faces de Eros, Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1997.
- 28 - FREUD, S., (1930) "O mal-estar na civilização", ESB, 1974, XXI, Cap. III.

Paulo Roberto Ceccarelli*

e-mail: paulorcbh@mac.com

Homepage: www.ceccarelli.psc.br

* Psicólogo; psicanalista; Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII; Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental; Sócio de Círculo Psicanalítico de Minas Gerais; Membro da "Société de Psychanalyse Freudienne", Paris, França; Professor Adjunto III no Departamento de Psicologia da PUC-MG (graduação e pós-graduação).